



LAURO AMARAL QUER CONSTRUIR UMA NOVA RFFSA

O presidente da RFFSA, Martiniano Lauro Amaral de Oliveira, assumiu a direção da Empresa com muita coragem e garra, e, até o momento, apesar das dificuldades que atravessa a Rede e todo o País, ele está trabalhando para mudar tornando-a auto-suficiente, no menor prazo possível.

O engenheiro Lauro Amaral, nascido em Antonio Carlos, Minas Gerais conheceu profundamente a Empresa, onde ingressou em 1967. Ocupou vários cargos, sendo que o último, antes de assumir a Presidência da RFFSA, foi de Superintendente da Regional Juiz de Fora, o que propôs para a posição que ocupa hoje, devido ao excelente trabalho executado naquela Regional.

Para falar da atual situação da RFFSA e das medidas que estão sendo tomadas para saná-la em todos os sentidos, Lauro Amaral recebeu a equipe do Expresso REFER para uma entrevista.

(Pág. 4 e 5)

Auto-suficiência da RFFSA

O engenheiro ferroviário Martiniano Lauro Amaral de Oliveira ao assumir a presidência da RFFSA, comentou em seu discurso de posse que sempre defendeu para a Empresa, um programa que tornasse-a auto-suficiente. Quanto ao quadro de pessoal, Lauro de Oliveira admite que ele está acima das necessidades da Rede.

O novo Presidente apresentou quatro pontos básicos do seu programa de trabalho: 1) valorizar a autoridade de quem ocupa cargos de chefia; 2) valorizar quem realmente trabalha e cumpre com as tarefas a que se propõe, ou que lhes são atribuídas, dentro do desenvolver lógico e rítmico da Empresa; 3) respeitar e atender as entidades de classe, os sindicatos e a todos em geral, nas suas justas reivindicações e 4) consolidar a identidade da RFFSA como empresa de economia mista e eliminar o tratamento de órgão público e cobrança de empresa.

Para desenvolver essa filosofia básica de programa de trabalho, Lauro de Oliveira conta com os seguintes diretores: de Investimentos e Desenvolvimento, engº Alberto Vieira Júnior; de Administração e Finanças, advº Djalma Tavares da Cunha Mello Netto; de Logística, engº Paulo Cesar Chiarelli da Fonseca; de Recursos Humanos, engº Benedito Nugnezi de Jesus e de Marketing, administrador de empresas João Bosco de Freitas.

SALÁRIO DE PARTICIPAÇÃO DEPENDE DO MÍNIMO

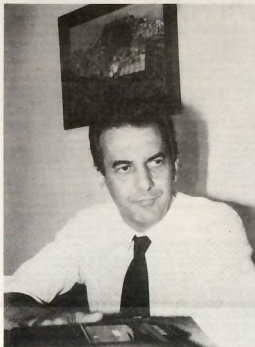
O limite máximo do salário de benefício dos segurados da Previdência Social - INPS, em junho deste ano, é de Cr\$ 28.847,52. Na REFER o limite máximo do salário de participação para o mesmo mês, corresponde até três vezes o maior valor teto dos benefícios do INPS, ou seja: Cr\$ 86.542,56.

Estes valores, tanto do INPS como da Fundação, só são alterados quando há aumento de salário mínimo. O limite máximo do salário de participação da REFER obedece ao Decreto 81.240, de janeiro de 1978, alterado pelo Decreto 97.091, 12 de abril de 1982.

Na época da implementação do Decreto, o limite máximo era representativo, uma vez que

o salário de contribuição correspondia a 10 salários mínimos e três vezes esse valor era bem significativo. Com a substituição do salário mínimo pelo de referência, houve um achatamento do salário de contribuição do INPS e consequentemente, o salário de participação da Fundação.

Segundo a chefe da Assessoria Jurídica da Fundação, Altamira Santos, "o limite máximo do salário de participação deveria ser alterado para até 10 vezes o salário de contribuição, o que não seria demasiado e em muito beneficiaria os participantes dos Fundos de Pensão, quando das suas aposentadorias, mas esta medida independe da REFER".



Delegacias melhoram atendimento

A informatização dos serviços, com a utilização de terminais, ligados ao computador da REFER, e o desenvolvimento do projeto SEMPRE, de padronização das Delegacias e Representações, foram as primeiras iniciativas do Departamento de Coordenação Regional (DECOR) para oferecer um atendimento de melhor qualidade ao participante.

Agora, a pedido do DECOR, está sendo formulado um manual, onde as Delegacias e seu sub-órgãos - são 71 Representações espalhadas em todo o país - poderão se inteirar melhor das informações a serem repassadas aos ferroviários.

Para facilitar ainda mais este intercâmbio, foi implantado o **Correio Eletrônico**. O DECOR pode trans-

mitir qualquer mensagem que imediatamente o terminal das Delegacias recebe a informação. Está funcionando como teste, das 12 às 14 horas, mas brevemente este horário será ampliado.

Com a realização deste trabalho, a REFER espera conseguir suprir as necessidades mais imediatas. O importante agora é colher os resultados desta primeira fase para o estudo de futuros projetos. Assim, o DECOR saberá o que ainda precisa melhorar neste atendimento.

Abaixo estão telefone, horário de funcionamento e nome do responsável de cada Delegacia Regional, onde o ferroviário pode obter informações sobre a Fundação e os benefícios que ela oferece.

EXPRESSO REFER

Rua de Quitanda, 173
Centro - Rio de Janeiro
CEP: 20.091

PORTE PAGO

DR/RJ

ISR - 52-709/89

Delegacia				
Recife	224-9235	8 às 12/13h30 às 17h30	Lúcia Helena	
Salvador	241-6034	8 às 12/13h30 às 17h30	Dinelson	
Belo Horizonte	224-6745	8 às 12/13h30 às 17h30	Hélio	
Rio de Janeiro	233-1377	8 às 17h	Carlos Alberto	
Juiz de Fora	215-5376	8 às 12/13h30 às 17h30	Valdemar	
São Paulo	482-1285	8 às 12/13h às 17h	Álvoro	
Curitiba	233-3714	8 às 12/13h30 às 17h30	Teófilo	
Porto Alegre	28-1585	8 às 12/13h30 às 17h30	Rodolpho	



CARTAS

CONCURSO PARA MÉDICOS

Venho por meio desta receber informações sobre a próxima realização de concurso público para a área médica, visto que sou médico e gostaria de fazer parte do corpo médico da REFER.

Desde já agradeço,
Ronaldo Alcantara Oliveira
Juiz de Fora-MG

N.R., A REFER não presta serviços de Assistência Médica. Os participantes e demais ferroviários utilizam o Plano de Saúde do Ferrovário - PLANFER, desenvolvido pelo SESEF.

Nossa sugestão é o envio de seus dados a pedido para o SESEF. Este é o endereço:
Serviço Social das Estradas de Ferro - SESEF
Av. Francisco Bicalho, s/nº - 4º andar
Edifício Brasil de Maço - Rio de Janeiro-RJ
CEP: 22220

REGISTRANDO ELOGIOS

Comunicação que recebemos do nosso órgão de Comunicação Social - ASCOM o Lige REFER nº 480, no qual o sr. Celso Tavares Horta, irmão do participante Altonio Horta, participou o ótimo atendimento proporcionado pela Delegacia Regional de Belo Horizonte. Na oportunidade, aproveitamos para reconhecer o elogio da comunicação que tal fato só é possível devido ao empenho e dedicação oferecidos por essa equipe aos participantes e beneficiários da REFER, em cada vez mais o nome da Fundação junto a classe ferroviária.

Antônio Alfredo Pinto
chefe do Departamento de Coordenação Regional - REFER

ATUALIZAÇÃO

A Fundação só poderá manter contato com o participante se o endereço estiver sempre atualizado. Qualquer alteração deve ser comunicada por carta ou pelo telefone do Plantão REFER, não esquecendo de fornecer o número de matrícula.

Os participantes abaixo já estão com o novo endereço em nosso cadastro.

SP Alcides de Oliveira - Bauru-SP

SP José Roberto Carneiro - Juiz de Fora-MG

SP José Roberto Gomide Júnior - Juiz de Fora-MG

SP Aristeu Xavier de Barros - Goiânia-GO

SP Jélio Roberto - Mandaguari-PR

SP Edgar Lopes dos Santos - São Vicente-SP

SP Francisco de Paula Corrente - Pindamonhangaba-SP

SP Ovídia R. Costa - Rio de Janeiro-RJ

SP Antônio B. Santos - Salvador-BA

SP Arlen Emílio Zanolli - Belo Horizonte-MG.

... escrevo novamente para comunicar-lhes que elugui uma caixa postal no correio eletrônico do recebimento das correspondências. Assim sendo, peço gentileza para que enviem as próximas correspondências para a caixa postal nº 82065.

Seu muito obrigado,
Benedicto Rodrigues da Costa
Resende-RJ

Venho agradecer o recebimento da folhinha da REFER. Te...

O aniversariante Gumerindo Machado

Se não estou recebo o jornal Expresso REFER, o qual muito me alegrou por saber notícias tão boas. Espero que não deixem de me enviar sempre.

Agradeço
Jóko Batista Ferreira Sampaio

N.R., O endereço já foi atualizado. Não se preocupe, as correspondências da REFER serão enviadas regularmente.

Saudações atenciosas. Quero aqui expressar meus agradecimentos pelos serviços prestados a nós, aposentados. Agradeço também pelo calendário. Eu e minha família gostamos muito. Já estamos pensando que não vá ficar neste ano.

Aproveito a oportunidade para pedir a mudança do meu endereço no cadastro...

Do sr. Paulo de Jesus, meu amigo a todos, desejando-lhes um 80 anos de realidades.

Nestor Fernandes de Moura
Janaúba-MG

CAPUCHINHOS

Associação Comunitária do Banco Central, de propriedade dos Padrisinhos da Província do Brasil Central, sediada em Belo Horizonte, vem através de mim solicitar uma assinatura à título de doação do periódico Expresso REFER.

Esta publicação servirá para enriquecimento do acervo desta biblioteca pública, ora em formação.

Na certeza de vossa colaboração, atenciosos nossos agradecimentos.

Frei Eronides F. de Souza
Goiânia-GO

N.R., A biblioteca Frei Demétrio já está cadastrada. O Expresso REFER será enviado o mais breve possível.

ANIVERSÁRIO

Meu pai é um ferroviário aposentado e também faz parte da grande família REFER. Nós recebemos o jornal todos os meses, entretanto, tivemos a ideia de homenagear meu pai, pois, dia 20 de junho ele faz 60 anos. Gostariamos muitíssimo de receber o aniversário dele. L.

Nos Nivaldo Machado
Cataguás-MG

MESSAGEM

No momento em que me afastarei da empresa por motivo de aposentadoria, quero externar os mais sinceros agradecimentos a todos os ferroviários que me ajudaram, direta ou indiretamente durante todos estes anos, no sentido de que também posso passar as suas jornadas com saúde e tranquilidade.

Muito obrigado,
Hélio Pires Imbuzeiro
Belo Horizonte-MG

BANCO

L... o fim desta é solicitar umas informações: é o seguinte: minha suplementação é depositada na agência do Banco Nacional, com sede na estação da Luz-SP.

Como mora no Pirajá-capital, torna-se difícil todos os meses me locomover até a cidade, Gostaria, por isso, de saber se a REFER poderia transferir minha suplementação para outro banco, como por exemplo do Banco do Brasil, onde o INPS deposita minha aposentadoria e onde também tenho conta conjunta com minha senhora. Em caso afirmativo, peço por gentileza orientar-me a respeito.

Se em todo caso não for possível, eu farei a transferência de minha conta para o Nacional que fica perto da minha residência e logo em seguida comunicarei aos senhores o endereço do mesmo.

L... Esperando uma breve resposta, desde já agradeço. Assim, de uma maneira geral, fico com meus agradecimentos.

Ass: Pedro Cardoso
São Paulo-SP

N.R., Transferir para a conta do Banco do Brasil não será possível, por ser conta conjunta mas, o senhor poderá solicitar a transferência de sua renda, no Banco Nacional. Entre em contato com o Plano REFER para dar o número da conta e da nova agência - Tel.: (021) 26362-42. Assim, o pagamento da suplementação será creditado corretamente.

POESIA

Como não venho recebendo as correspondências e o calendário da REFER, para mal-me-intentar dos assuntos, envio-me interesse em publicar poemas e pensamentos, pois às vezes tenho de escrever poemas estrofas. Caso se interessarem, mande para que sejam apreciadas.

Isabel Maria F. de Souza
Bauru-SP

N.R. Agora que seu endereço faz parte do nosso cadastro, as correspondências serão sempre enviadas. Quanto a publicar poemas, o Expresso REFER possui uma seção Espaço do Ferrovário, onde publicamos qualquer trabalho do participante. É só mandar para a Assessoria de Comunicação Social - ASCOM.

EXPRESSO REFER

Gostaria de obter informações sobre o Expresso REFER. É de meu interesse.

Ana Lucia Nunes
Barbacena-MG

N.R., O Expresso REFER é um informativo periódico semestralmente pela Fundação. Através dele, os participantes tomam conhecimento dos benefícios que a REFER oferece, além de saber das novidades sobre a Fundação e as Patrocinadoras está realizando.

... também duas colunas onde o participante pode lançar suas ideias, dar opiniões e esclarecer suas dúvidas - Coluna Cartas e Espaço do Ferrovário.

Esta informativo circular por todo o país, para que toda a classe seja atendida e a produção e redação fica a cargo da Assessoria de Comunicação Social - ASCOM.

Acuso o recebimento do jornal Expresso REFER nº 40, que veio com um encarte especial sobre o Programa Ferrovário de Ação Cultural - PROFAC.

Na qualidade de coordenador Geral do Programa, expresso meus agradecimentos a V.ª S.ª e à REFER por essa colaboração, e a ser um instrumento de divulgação valioso para o PROFAC.

Solicito a V.ª S.ª parabenizar o jornalista Fernando João Abella Salles pelo excelente trabalho editorial consultando no encarte.

Reiterando protestos de elevada consideração, subscrevo-me.

Atenciosamente,
Vitor José Ferreira - coordenador Geral do PROFAC.

CAUSOS FERROVIÁRIOS

A morte antecipada



Como nos velhos tempos, existem ainda trechos das ferrovias onde o único meio de comunicação é o telegrafo da estação.

Pelas normas de atribuições às diversas categorias funcionais de uma ferrovia, só é permitido a uma determinada categoria o exercício de atividade a ela determinada. Assim é a operação de telegrafia, função do agente de estação. A constatação da prática do telegrafo por outro empregado significa uma punição a ele.

A pesar disso, em estações de pouco movimento, o pessoal procura ocupar o tempo. Alguns empregados de classe inferior ao agente de estação, caso do manobrador, visando uma ascensão profissional procuram aprender o serviço do agente para no futuro ficar fácil a sua ascensão.

Numa destas estações, conta-se que havia apenas um manobrador e um agente de estação trabalhando e que o manobrador, apesar de não poder, operava o telegrafo sob os ensinamentos do agente de estação.

Num dia, em pleno trabalho, o agente de estação morreu.

O manobrador, ao constatar o fato, não sabia o que fazer, pois os dois estavam isolados e a única maneira de comunicação era o telegrafo.

Depois de pensar bastante achou a solução. Deu uma mensagem telegráfica para o chefe dos agentes de estação do trecho:

"Sr. Supervisor de estações

Acabo de falecer. Gentileza enviar substituto".

Colaboração: J. Inácio
Autor: José Eduardo Pimenta
Economista
SR-2 - Belo Horizonte

Tiragem retorna aos 80 mil

A REFER, na Edição Extra do seu jornal de abril/90, reduziu a tiragem para 40 mil exemplares, por medidas econômicas. Com isso, muitos participantes deixaram de receber aquele número em suas residências. Para esta edição a distribuição do Expresso REFER está normalizada. A tiragem retorna para os 80 mil exemplares e os participantes continuarão recebendo o jornal por mala direta, em suas residências.

REFER 5

Fundação Rede Ferroviária de Seguridade Social

CONSELHO DE CURADORES

Presidente
Geraldo Józ Ferreira Gordilho

Membros Efetivos

Sidnei José Araújo
Mauro Fernandes Gomes de Souza

Renata Lima Magina
Marcos Antônio Fernandes da Costa

Membros Suplentes

Jó Baptista Honoré Delphin
Armando Jorge Ribeiro de Moraes Filho

Alair Mol-...
Geraldino
José Guilherme de Barros Gomes

DIRETORIA EXECUTIVA

Diretor-Supervisor
Carlos de Oliveira

Diretor de Seguridade

Manoel José da Silva

Diretor Financeiro

Carlos de Oliveira

Diretor Administrativo

Manoel José da Silva

(substituindo)

CONSELHO FISCAL

Presidente
Waldemar Ferreira da Silva

Membros Efetivos

Carlos Rodrigues Ribeiro

Albino Alves

Membro Suplente

Filvino dos Santos Martin

Jair Rodrigues
João Marques da Silva

Editor Responsável

Fernando Abella

R.G. nº 17.774

Redação e Redação - Visão

Antônia Maynard

R.G. nº 18.119

Ilustração Maria Morges

R.G. nº 16.399

Fotografia

Evany Braga

Ilustração

Diagramação e Produção

de João Carlos de Oliveira

R.G. nº 14.949

Distribuição

por Correios e Neiva

Composição e Impressão por

Mal Gráfica Editora Ltda.

Tiragem 80 mil exemplares

A VERDADE SOBRE OS FUNDOS DE PENSÃO

Victor Faccioni

Em todas as sociedades do mundo, capitalistas ou socialistas, democráticas ou autoritárias, é a sociedade como um todo que custeia a seguridade social, seja através dos impostos com que o governo paga a aposentadoria integral dos seus servidores ou reforça o orçamento do sistema oficial de previdência, seja através dos preços dos produtos para os quais as empresas repassam os custos dos seus encargos sociais. É sempre assim e não há como ser de outro modo. A previdência é cara e não pode ser suportada exclusivamente pelo próprio beneficiário, embora, evidentemente, em todos os casos, ele participe do seu custeio.

Nas economias capitalistas desenvolvidas, o sistema privado de previdência não é só o braço mais forte da seguridade social como também poderossíssima alavanca do crescimento econômico. Bastam alguns exemplos: no Japão, dois terços dos investimentos de manutenção de longo prazo são financiados por recursos da previdência privada; nos Estados Unidos, o patrimônio dos fundos de pensão eleva-se a US\$ 3,6 trilhões, uma poupança de longo prazo que por anos vem apoiando os investimentos privados na economia do país; o fundo de pensão da General Motors, de US\$ 39 bilhões, é quase três vezes maior do que o patrimônio de todos os fundos de pensão brasileiros.

Ultimamente, no Brasil, vem sendo dirigida campanha contra os fundos de pensão. Não conseguimos enervar a sua racionalidade. Por vezes são acusados de se constituírem caso de privilégio aos empregados de estado, quando o verdadeiro foco da discussão deveria dirigir-se para o modo como a sociedade brasileira poderia estender o benefício a todos os seus trabalhadores. Outras vezes, são acusados de manipular preços de ações nas Bolsas, mas ao mesmo tempo se defende a concentração das aplicações nas mãos de administradores externos, que são poucos. O que manipula mais, a concentração ou a dispersão?

Há também acusações de irregularidades na administração dos fundos com as quais se pretende exnervar todo o sistema.

Orá, o país possui 244 fundos de pensão. Seria impensável administrar-se que, nesse universo, nenhuma irregularidade ocorresse. As que ocorrerem foram punidas pelo próprio governo, que fiscaliza permanentemente o setor por força de determinação legal. Há dois fundos, entre os 244, punidos com intervenção, em virtude de procedimentos ilícitos. Cumpre observar-se, também, que a recente lei nº 8.020/90 já contém os instrumentos suscetíveis de impedir distorções e aumentar a transparência no sistema.

O que, entretanto, não se fala com frequência, é que os fundos de pensão brasileiros possuem um patrimônio de US\$ 15 bilhões investidos na economia do país, todo ele originário de poupança que, de outro modo, teria sido absorvida pelo consumo. A reprodução econômica desse patrimônio só não é maior porque o governo insiste em regulamentar sua aplicação, invariavelmente, obrigando as entidades a fazê-lo em títulos públicos mal remunerados e desprovidos de função economicamente reprodutiva, como as OFND, que se volatilizaram, ou as debêntures da Siderbrás, que nunca deram lucro, para citarmos só dois casos.

Agora, o governo obriga os fundos de pensão a aplicarem parte do seu patrimônio em certificados de privatização, título em relação ao qual não se tem qualquer garantia de rentabilidade. Poderão ser rentáveis se convertidos em ações de empresas lucrativas, como poderá



ocorrer o contrário. Como a subscrição é compulsória, de quem será a responsabilidade do insucesso, se houver, e quem suportará no futuro os encargos dos planos de benefícios, se os recursos se deteriorarem?

Estamos sob o risco de destruturação do mais poderoso instrumento brasileiro de formação de poupança de longo prazo, na medida em que, intervindo, o governo desestimula a formação de novas entidades. O potencial de crescimento do patrimônio da previdência privada brasileira é enorme. Pode-se chegar a US\$ 45 bilhões nos próximos cinco anos, ou a US\$ 95 bilhões, se houver a formação de novas entidades nas 7 mil empresas já identificadas como potencialmente capazes de fazê-lo.

O governo precisa parar de intervir na previdência privada e entender também que a contribuição das estatais aos fundos de pensão é um salário indireto que assegura maior adesão dos empregados aos objetivos das suas empresas, como o prova o fato de que os maiores fundos de pensão pertencem, justamente, às empresas mais eficientes do setor estatal. No setor privado, as empresas mais eficientes também, não por coincidência, são aquelas que mais contribuem para a seguridade social dos seus trabalhadores, muitas das quais suportando-a integralmente.

A previdência privada brasileira tem tido papel predominante no crescimento econômico e no desenvolvimento social do país:

a) pela democratização do acesso ao mercado de capitais de uma multidão de trabalhadores que, de outro modo, não poderiam fazê-lo;

b) pela função moderadora exercida no mercado de capitais, através da ação direta pulverizada, carregando adequada formação de preços, que a concentração em poucos administradores decerto não favoreceria;

c) pela viabilização, através da associação de capitais, de muitos dos maiores investimentos do país, como shopping centers e empreendimentos imobiliários de grande porte;

d) por introduzir uma forma de proteção social, de natureza complementar, autônoma e auto-sustentável, coerente com as dificuldades de custeio e amplitude da previdência oficial e com a preocupação de reduzir o gigantismo do Estado.

No mundo todo, e poderá ser assim no Brasil, a seguridade social privada tem sido cenário da conciliação de interesses entre capital e trabalho, os quais mutuamente se ajudam para a construção e repartição da riqueza.

Transcrito da Folha de São Paulo
(10/07/90)

Conversa com o Participante

Carlos de Oliveira
Diretor-Superintendente



A hora é de novos rumos: vamos lutar pela REFER

Cerca de dois milhões de trabalhadores brasileiros, totalizando sete milhões de dependentes, são, hoje, participantes de 237 Fundações de Previdência Privada em todo País. Estas Fundações, também chamadas de Fundos de Pensão, de há muito existem em vários países do Primeiro Mundo justamente para aumentar os recursos da aposentadoria, quando o trabalhador mais necessita. Na velhice.

No entanto, em nosso País, onde a aposentadoria vem sendo aviltada a cada ano, o governo federal traça novos rumos para os Fundos de Pensão. Recentemente o Congresso Nacional aprovou proposição de Medida Provisória encaminhada pelo Poder Executivo que disciplina o relacionamento das Entidades Fechadas de Previdência Privada (Fundos de Pensão) e suas patrocinadoras. A Medida, conforme tudo indica, tem como objetivo primordial, coibir possíveis abusos na área de Previdência Complementar, fato que tem gerado, vez por outra, descabidas e conflitantes notícias por órgãos de imprensa, possivelmente por desconhecimento, ainda o grande alcance social dessas Fundações.

Para tranquilidade da classe ferroviária é importante ressaltar que a REFER vem mantendo sua administração rigorosamente dentro do estrito limite da Lei. A Fundação REFER considera salutar a atitude do Governo em querer conhecer melhor o sistema de Previdência Complementar e dar-lhe maior transparência, através de novas regulamentações. No entanto a REFER preocupa-se por outro lado, com a saúde financeira da Instituição que vem lutando para que suas aplicações situem-se a níveis que lhe proporcione sempre a liquidez desenvolvida por seus planos de atuação que dependem, também, e sobretudo, da normalização do recolhimento pelas patrocinadoras das contribuições que lhes são de direito. Tudo isso, na verdade, caracteriza em profundidade, não somente o interesse do Poder Executivo Federal, mas sobretudo a preocupação dos atuais dirigentes da REFER em ver garantida uma aposentadoria digna e duradoura para o ferroviário, mesmo porque a nossa Fundação é uma das mais estáveis do Sistema. Vamos, portanto, lutar por ELA, através de nossas associações de classe.



Da esquerda para direita Jorge Moura, o presidente Lauro Amaral, Celso Paulo e o engº Paulo Munck Machado, superintendente dos subúrbios do Grande Rio

PLANO SAÚDE TEM NOVA DIREÇÃO

Tomando como referência uma citação do Presidente Fernando Collor, que prefere que o Brasil seja o último país do primeiro mundo do que o primeiro do terceiro, o Presidente da RFFSA, Martiniano Lauro Amaral de Oliveira, disse pensar ser importante que a Rede esteja entre as últimas das grandes estatais do que a primeira entre as pequenas e de pouca expressão.

Essa declaração foi dada pelo Presidente, na posse do novo diretor Executivo do Serviço Social das Estradas de Ferro - SESEF, Celso Paulo, em 02 de julho. Na ocasião, Lauro Amaral falou do quadro de funcionários da RFFSA, afirmando que a Empresa apresenta um número muito elevado, porque existe um inchaço de funcionários em alguns segmentos. No entanto, para resolver esse problema, informou que a direção da RFFSA está buscando critérios justos, para que a Empresa possa cumprir o seu papel.

DIRETOR EXECUTIVO

O novo diretor Executivo do SESEF está assumindo mais uma missão social. Celso Paulo foi diretor de Segurança da REFER no período de junho de 1985 a março de 1988.

Após o cargo, na solenidade realizada na sede do SESEF, em Barão de Mauá,

Celso Paulo disse que não medirá esforços para acrescentar algo mais ao trabalho já implantado e para que a Assistência Médica do SESEF se consolide.

Celso Paulo falou da sua surpresa ao ser convidado para dirigir o SESEF, mas o Presidente da Rede explicou que a indicação veio do seu trabalho pelo social e também, pelos projetos desenvolvidos no PRESERVE, com a implantação do primeiro Museu Ferroviário em Juiz de Fora.

DESPEDIDA

Os funcionários do SESEF entregaram ao ex-diretor Executivo, Jorge Moura, uma placa simbolizando o agradecimento de todos pelo bom convívio durante o período da implantação do PLANSFER. Os funcionários também ofereceram através de um rateio das despesas, o coquetel para despedida de Jorge Moura e posse do novo diretor.

Jorge Moura destacou o apoio do Presidente da RFFSA, quando Superintendente Regional de Juiz de Fora, para a implantação do Plano de Assistência Médica. "Lauro Amaral sentiu que os funcionários necessitavam urgentemente de cuidados com a saúde e por parte da Empresa", enfatizou.

PRESIDENTE DA RFFSA FERROVIÁRIOS PARA RECUPERAR

Expresso - O ferroviário ficou confiante pela indicação de um profissional da Casa para presidir a Empresa. No momento difícil que o País atravessa, o que o Senhor tem a falar para a classe?

Lauro Amaral - A confiança que o ferroviário demonstrou com a indicação de um deles para a Presidência da RFFSA foi talvez, a principal razão de nós termos aceitado a convocação do governo Collor, através do ministro da Infra-Estrutura, Ozires Silva e do nosso Secretário Nacional de Transportes, Marcelo Ribeiro. Tenho a dizer a classe, que como ferroviário senti-me satisfeito, espantoso e prestigiado pelo governo atual. Estou extremamente orgulhoso por ter sido eu, no meio de 83 mil empregados, o escolhido. Evidente que isto aumenta muito a nossa responsabilidade. Essa indicação recaiu sobre o meu nome, porque pertinho a uma equipe que sempre trabalhou sério dentro da Rede. Foi a equipe que nos projetou, pela nossa história e pelos cargos que já ocupamos. Digo aos companheiros ferroviários que eles são responsáveis por isto, e serão responsáveis também pelo nosso sucesso ou fracasso. Depende de nós. Depende do trabalho de cada um, e eu só entendo progresso na minha vida particular e profissional, através de um trabalho sério. No meu entendimento, a primeira obrigação elementar é cumprir horário. Nós estamos fazendo com que esta obrigação seja respeitada. Que cada um cumpra com o seu dever. Eu costumo dizer que tem ferroviário preocupado e gerando sugestões para aquilo que não é da sua conta.



O presidente Martiniano Lauro Amaral de Oliveira a construir a nova Rede

"Estou aqui para que o governo, os políticos e a sociedade aprendam a respeitar a RFFSA"

E com o seu dever, ele não se preocupa. Ele pode até apresentar sugestões ao governo, mas primeiro tem que trabalhar na RFFSA e dar conta do seu serviço. Só assim conseguiremos construir uma nova Rede. Estou aqui para que o governo, os políticos e a sociedade aprendam a respeitar a Empresa. Cobrem da empresa as suas atribuições, mas não queiram utilizá-la como um veículo de benesses. A Rede não é governo. É uma empresa do governo. A minha mensagem para os ferroviários é que tenham esperança e confiança, que nós ferroviários haveremos de fazer esta nova RFFSA.

Expresso - Quais suas metas para a recuperação técnica e econômica da RFFSA?

Lauro Amaral - Quanto a recuperação técnica da Rede preocupo-me apenas em equalizar as ações. A Empresa tem um potencial técnico extraordinário. Ele não está bem aproveitado. Tem abelha demais para pouco mel. Nós precisamos colocar cada um no seu devido lugar. É delegar as atribuições

"A Empresa tem um técnico extraordinário. Ele bem aproveitado"

certas para os órgãos competentes. É eliminar a existência de duas a três áreas responsáveis por um único serviço. Com relação ao aspecto financeiro, este é o segundo maior problema da Rede, o primeiro é de pessoal, que deve ser adequado às necessidades reais da Empresa. Porque, qual de nós, olhando no olho, tem coragem de afirmar que a Rede não tem gente demais? Mas estamos criando critérios para resolver esta situação, respeitando as lideranças sindicais, associações e Regionais. A parte financeira é muito séria. Estamos equacionando para poder chegar a uma solução viável. Temos uma dívida de US\$ 600 milhões e inclusive uma dívida com a REFER. Boa parte da dívida é com o próprio governo: Petrópolis, IAPAS e outros. Mas o problema financeiro mais sério é com o débito operacional mensal, da ordem de US\$ 30 milhões.

Estamos tomando medidas duras para contê-lo. A Diretoria fará uma resolução tomando medidas rígidas, que sei, serão criticadas, mas não existe outra alternativa no momento. Evidente que qualquer decisão presidencial ou da Diretoria é suscetível de alteração, desde que tragam-me argumentos a alterna-

**Ligue REFER
Informações**

(021) 263-6362

SA CONTA COM OS UPERAÇÃO DO SISTEMA



...ele vê no ferroviário, a grande alavanca para

...um potencial
...Ele não está

tivas convincentes para resolver o problema. Estamos abertos a ajustar os nossos programas. Temos que buscar, com criatividade, recursos na iniciativa privada, e que ela deixe de utilizar apenas dos recursos do governo e apresente, também, propostas de associações. É mais ou menos por aí.

Expresso — Na posse do Diretor Executivo do SESEF o Senhor exaltou a necessidade de cuidar da saúde da família ferroviária. O que o Senhor espera daquele Órgão?

Lauro Amaral — Espero daquele Órgão tudo aquilo para o que ele foi criado: Ele foi criado para trazer um plano de saúde para o ferroviário, e eu espero que atinja a plenitude. Eu reconheço que pelo momento não será fácil para o SESEF. Entretanto, eu tenho a plena convicção, de que como existem várias Redes dentro da RFFSA, nós temos que descentralizar as soluções do SESEF. Quando eu me refiro a descentralizar, é dar oportunidade a cada região de viabilizar o seu sistema de saúde.

Eu posso atender uma região que arrecade uma quantia muito pequena dos 2% da sua receita. Mas as vezes, nesta região, o ferroviário tem uma qualidade de vida melhor que nos grandes centros. Sendo assim, o percentual descontado dos ferroviários poderia ser diferenciado. Cada região, se quiser, pode apresentar sugestões melhores. Estou arriscando-me a sugerir uma. Mas este é um problema do diretor Executivo do SESEF, Celso Paulo, e de sua equipe, das Regionais e das lideranças ferroviárias.

"Já estamos juntamente com a área financeira, gerando dados e possibilidades de um acerto com a REFER."

Expresso — A Associação dos Aposentados da RFFSA em seu Boletim de julho publica nota intitulada **Momentos de Reflexão** — SOS REFER, na qual fala sobre o débito da RFFSA com a Fundação. Existe alguma ideia para normalizar esta situação?

Lauro Amaral — Com todo o respeito aos aposentados, esta é uma grande preocupação, mesmo porque faremos parte do grupo no futuro. Na dívida dos US\$ 600 milhões, uma boa parcela é com a REFER.

A Fundação foi limitada por vários dispositivos legais na aplicação dos seus recursos e a nova legislação tem alguma coisa que dificulta a oportunidade da REFER. Mas já estamos juntamente com a área financeira, gerando dados e possibilidades de um acerto com a Fundação. Eu quero transmitir aos aposentados e a direção da REFER a minha preocupação. Juntos eu tenho a certeza que encontraremos uma solução.

Expresso — Alguma coisa mais o Senhor quer acrescentar?

Lauro Amaral — Sim. Eu quero aproveitar o veículo tão eficiente, que é o jornal da REFER, para transmitir aos companheiros ferroviários que a RFFSA tem jeito e que foi dada a oportunidade a classe de dar este jeito. A única maneira de melhorar a Rede, tornando-a nova, é encontrando a sua identidade de empresa, que precisa gerar pelo menos a sua auto-suficiência. Sinto-me capaz para realizar este feito. Quando eu digo eu, refiro-me a todos os ferroviários. Para isso, precisamos privilegiar a quem trabalha. Eu tenho conseguido indicar para os cargos de comando da Rede, aqueles ferroviários que realmente têm história positiva. Eu peço a classe que se una para gerar as suas lideranças naturalmente. A RFFSA é regida pela lei das Sociedades Anônimas, na hora que estivermos rigorosamente dentro da lei, cumprindo nosso dever, poderemos reivindicar os nossos direitos, como melhores salários. Porque não é que estaremos gerando os recursos para os salários e os programas sociais. Não podemos mais ficar na dependência, que os recursos públicos paguem pela nossa deficiência. Nós somos capazes e, por isso, seremos pelo menos auto-suficientes.



Vista geral do concorrido almoço de confraternização

REFER: uma preocupação da Associação dos Aposentados

A defesa da REFER através de uma ação judicial para que não seja obrigada pelo governo a adquirir os Certificados de Privatização e a regularização das repasses da RFFSA, defender a manutenção da complementação salarial assegurada pela Rede, são as principais metas da nova diretoria da Associação dos Aposentados da RFFSA.

A Diretoria tomou posse, no almoço de confraternização dos aposentados no Clube América, em 13 de junho. A maioria dos associados do Rio compareceu a solenidade para prestigiar seus companheiros e rever os amigos, como aconteceu em todo o almoço mensal da Associação.

O novo Presidente Nelson Fernandes Cruz, falou da preocupação dos aposentados com relação a situação da REFER. A Fundação teve 80% dos seus ativos imobilizados por força do Plano Brasil Novo. Sendo assim, ela não está em condições de adquirir os Certificados de Privatização. Concluiu o Presidente.

Uma anunciada demissão de ferroviários também atinge aos aposentados. A REFER terá que pagar a Reserva de

Poupança dos que forem participantes, o que representa a maioria. E na atual situação financeira da Fundação os aposentados temem a sua inviabilização.

Quanto a RFFSA, o Presidente da Associação gostaria que ela continuasse inspirando aquele Ferrovianismo, de amor a ferrovia e ao trabalho. Acrescentou que o problema da Rede dar prejuízo está centralizando "na obrigatoriedade de subvencionar todo o seu transporte, ficando impossível obter um resultado positivo nas suas finanças".

A composição da nova Diretoria que defenderá os interesses dos aposentados nos próximos dois anos é a seguinte: diretor Presidente, Nelson Fernandes Cruz; diretor Vice-Presidente, Jacintho Villela Filho, diretor Social, Armando Melon de Alencar Fialho; diretor Secretário Wilton Machado Leobons; diretor 2º Secretário, Dulce Alves Bezerra; diretor Tesoureiro, Edmar Aguiar; diretor 2º Tesoureiro, Jéssus de Paula Ramos; diretores Vogais, Norman Johnson Peres, Neuma Maia Lemos e Dicleio Lyza Geraldo de Menezes.



Nelson Fernandes Cruz quando era cumprimentado por Leon ex-superintendente da REFER

Aposentadoria: Comissão de Finanças aprova complementação

A Comissão de Finanças e Tributação da Câmara dos Deputados aprovou em sessão de 27 de junho último, por unanimidade, parecer com substitutivo do deputado Fernando Bezerra Coelho, ao projeto de Lei nº 4.675/90, de autoria do deputado Osvaldo Lima Filho, pernambuco, que dispõe sobre a complementação de aposentadoria dos ferroviários, devida pela União.

A matéria havia sido aprovada anteriormente, e também por unanimidade, pela Comissão de Constituição e Justiça da Câmara dos Deputados.

O projeto de Lei terminou com o cofos de leis, decretos e portarias sobre a complementação dos ferroviários admitidos até 31 de outubro de 1969, estabelecendo normas racionais e definitivas sobre a matéria.

O referido projeto transitou, agora, na Comissão de Seguridade Social e Família que, certamente, deverá aprová-lo, também, por unanimidade.

O presidente da Comissão de Finanças da Câmara dos Deputados é o deputado Francisco Dornelles que teve atuação decisiva para rápida aprovação do projeto, segundo revelou o presidente da Associação dos Aposentados da RFFSA, nosso companheiro Nelson Fernandes Cruz. A Associação possui uma comissão formada pelos advogados (aposentados da RFFSA) Targino Ribeiro Filho, Mário de Andrade, Albucayres Correa e José Rodrigues Fernandes, membros do Conselho deliberativo da Associação, que detém as atribuições de decidir, tomar todas as providências e agir junto aos órgãos do Executivo e Legislativo, no sentido de obter o reconhecimento dos direitos dos ferroviários. Bado, ainda, enajado na luta, os colegas José Glaudio Campello, de Pernambuco e Milton Basaglia, de São Paulo, autor também advogados.

HOMENAGEM

Com a presença de cerca de 200 ferroviários a Associação dos Aposentados da RFFSA ofereceu, no último dia 11, almoço em homenagem ao deputado

federal Francisco Dornelles, presidente da Comissão de Finanças da Câmara dos Deputados pelo seu singular engenho junto ao Congresso Nacional para aprovar Lei que disciplinaria definitivamente a complementação da aposentadoria, pelo Tesouro Nacional.

Na ocasião o companheiro Mário de Andrade disse que o comportamento do deputado Dornelles "foi uma extraordinária e decisiva ajuda às pretensões dos ferroviários da RFFSA, a maioria dos quais vem recebendo há mais de oito anos a complementação da aposentadoria". Falou na importância daquele apoio parlamentar, "até a sanção presidencial do projeto de Lei que, longe de significar dispêndios novos para o governo, virá, apenas, ratificar uma situação de direito que já se consolidou".

DORNELLES

Em agradecimento Francisco Dornelles falou da sua satisfação em participar da reunião que comemora a aprovação pela Comissão de Finanças da aposentadoria complementar dos ferroviários. Disse que "aprovação nada mais foi do que o reconhecimento de um direito adquirido e de justiça social". Crítico a política que vem sendo adotada contra os ferroviários desde 1964 e lembrou os seus tempos de menino quando em São João del Rei convivia com o trem diariamente e mantinha grandes laços de amizade com os ferroviários. Ressaltou que "no Brasil a força física tem sido mais prestigiada que a força da inteligência" e discordou que pessoas de mais idade deixem de participar do poder de decisão nacional, de vez que "estas são pessoas da experiência e sabedoria, qualidades que não se desprezam." Concluiu afirmando acreditar que autoridades e legisladores ferroviários terão a sua integração na aposentadoria aprovada na Comissão de Seguridade Social, ocasião que será analisado se o projeto terá de obter a aprovação do Senado ou se irá direto à sanção do presidente da República, solucionando de uma vez por todas essa dívida que tanto preocupa o ferroviário aposentado.

ABRAPP moverá ação contra Certificados

Em reunião realizada pela Associação Brasileira das Entidades Fechadas de Previdência Privada (ABRAPP, em 10 de julho último, e da qual participou a REFER, os Fundos de Pensão, a partir das exposições feitas pelo diretor do Instituto Brasileiro de Atuação, José Roberto Montelo e pelo diretor Jurídico da ABRAPP, Leonel Carvalho Castro, chegaram à conclusão de que a compra de Certificados de Privatização pelas Entidades, além de prejudicial ao equilíbrio financeiro do sistema, aturadamente pré-estabelecido, também não constitui obrigação imposta pela Lei 8.018, de 11 de abril deste ano, que dispõe sobre a criação dos Certificados.

O aturador, ao elaborar o plano de custeio das entidades de previdência privada fechada, parte necessariamente de premissas fundamentais, dentre as quais sobressai a rentabilidade a curto prazo (juros, correção monetária e lucros) dos investimentos e aplicações financeiras que devem ser feitas. Segundo o consenso dos especialistas, a rentabilidade dos CP's será nula ou, pelo menos, não certamente, duvidosa.

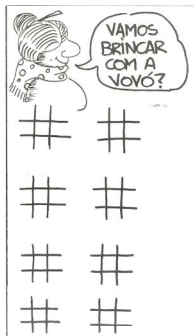
Por outro lado, não há na Lei 8.018 qualquer dispositivo que imponha aos Fundos de Pensão a aquisição de tais Certificados. Essa exigência, mesmo assim posta em termos duvidosos e contestáveis, só consta da Resolução 1.721/90 do Banco Central (que sobreveio a nº 1.710, do mesmo Banco), a qual, portanto, padecer de visível vício de legalidade.

Por todas essas razões, a ABRAPP assumiu, com as suas associadas, naquela reunião, o compromisso de ingressar em juízo, oportunamente, com a medida judicial cabível para ficar reconhecida às Entidades a não obrigação de compra dos CP's.

Ficou esclarecido ainda, que independentemente da providência judicial que a ABRAPP tomará a respeito do assunto, a Associação de Aposentados assistidos em empregados dos Fundos de Pensão e qualquer contribuinte, individualmente ou em grupo, poderão também ingressar em juízo, em ação própria, para resguardar seus interesses. Isto já está sendo objeto de ação competente por parte da Associação dos Aposentados da RFFSA.

MISCELÂNEA

VAMOS ACHAR OS 5 ERROS?



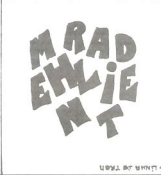
COLORINDO O NOSSO TEM!



FAÇA COM QUE A FIGURA A FIQUE COMO A FIGURA B.



DESCUBRA O QUE ESTÁ ESCRITO.



Fundos de Pensão continuam suplementando benefícios

Os Fundos de Pensão foram gravemente afetados com o Plano de Estabilização Econômico do atual Governo. No entanto, após dois meses de sua implantação, as Fundações já conseguiram ultrapassar as primeiras barreiras, e aos poucos estão lidando superar a difícil situação provocada pelo Plano.

O Sistema de Previdência Complementar continuará cumprindo a sua finalidade social que é suplementar os benefícios do INPS. A REFER vem desempenhando o seu papel com muito esforço, e tem a concessão de empréstimos à Fundação ainda não liberado, por uma questão de reorganização financeira e também administrativa.

CERTIFICADOS DE PRIVATIZAÇÃO

Os Fundos de Pensão surgiram para oferecer aposentadorias atraentes, e com a concretização desse objetivo o Sistema

de Previdência Complementar cresceu tanto, que hoje, a Associação Brasileira das Entidades Fechadas de Previdência Privada congrega 237 Fundações, atendendo um total de 2 milhões de trabalhadores de empresas públicas e privadas.

Com as novas mudanças econômicas, o governo determinou que as Fundações ajuizem compulsoriamente em Certificados de Privatização, 25% de suas reservas técnicas no caso de Fundos de Pensão do setor público e 15% os que são patrocinados por empresas privadas.

As Fundações terão um prazo de seis meses para aquisição dos Certificados - de 15 de junho a 15 de dezembro deste ano. Os Fundos de Pensão já investiram 55% em aplicações compulsórias: 25% em ações; 15% em Obrigações do Fundo Nacional de Desenvolvimento (FND) e 10% em debêntures de estatais e 5% em letras hipotecárias. Com a compra dos Certificados de Privatização elas passam a ter 80% de compulsoriedade.

Indicadores Previdenciários e de Segurança Junho/90

***** FATORES DE CORREÇÃO DO SALÁRIO-DE-PARTICIPAÇÃO *****					
DIB - MAIO/90			DIB - JUNHO/90		
MÊS/ANO	I P C	FATOR DE CORREÇÃO	MÊS/ANO	I P C	FATOR DE CORREÇÃO
05/89	9,942	25,8458	06/89	24,832	22,7813
06/89	24,832	22,7813	07/89	28,732	18,2499
07/89	28,732	18,2499	08/89	29,342	14,1735
08/89	29,342	14,1735	09/89	35,952	18,9584
09/89	35,952	18,9584	10/89	37,622	8,6086
10/89	37,622	8,6086	11/89	41,422	5,8571
11/89	41,422	5,8571	12/89	53,552	4,1417
12/89	53,552	4,1417	01/90	56,112	2,6972
01/90	56,112	2,6972	02/90	72,782	1,7278
02/90	72,782	1,7278	03/90	0,882	1,8880
03/90	0,882	1,8880	04/90	0,882	1,8880
04/90	0,882	1,8880	05/90	0,882	1,8880

REAJUSTE DE BENEFÍCIOS DA REFER

JUNHO/90
D I B
ATÉ 05/90 : 0,882

OBSERVAÇÃO: D I B = DATA DE INÍCIO DE BENEFÍCIO

	ABRIL	MAIO	JUNHO
- TETO DE CONTRIBUIÇÃO DA REFER	82124,28	82124,28	86540,56
- FATORES DE REAJUSTAMENTO DO INPS PARA CÁLCULO DO SALÁRIO DE BENEFÍCIO			
MAIO DE 1990	1,249,86	355,40	57,58
JUNHO DE 1990	1,598,79	367,19	57,11
	ABRIL	MAIO	JUNHO
- TETO DO SALÁRIO DE BENEFÍCIO DO INPS	27374,76	27374,76	28847,52
- METADE DO TETO DE BENEFÍCIO DO INPS	13687,38	13687,38	14423,76
	ABRIL	MAIO	JUNHO
- SALÁRIO MÍNIMO (CPS)	3674,86	3674,86	3857,76
- TETO DE CONTRIBUIÇÃO PARA O INPS	27374,76	27374,76	28847,52



CARATINGA-MG

Agradeço a gentileza do aposentado Angelo José Custodio de ter enviado um postal da sua cidade Caratinga-MG - com 150 mil habitantes - onde podemos ter uma visão da Av. Minas Gerais, na zona Leste da Cidade.

Atuária: sua importância para um Fundo de Pensão

As obrigações dos Fundos de Pensão para com a sua massa de participantes são expressas pelas reservas matemáticas, que aparecem no balanço, classificadas como contas de passivo. Essas reservas são ativas e acompanhadas pelos ativos, cabendo a contabilidade apenas o seu registro.

Na estrutura atuarial do plano de previdência supletivo, o atuário estabelece uma rentabilidade mínima a ser alcançada pelo setor financeiro para que o plano fique equilibrado, o que demonstra que as áreas financeira e atuarial devem operar sempre de forma coordenada.

Na parte assistencial, a atuação do setor atuarial se verifica na elaboração de estudos para determinação dos custos dos planos de saúde, confecção de relatórios de controle e contabilização de aumentos de acidentes de trabalho, auxílio-doença e outros benefícios.

A atuária opera como suporte para o setor de Benefícios determinando as receitas necessárias para a cobertura dos benefícios, como também, dando apoio técnico para os seus cálculos.

ATIVIDADES

A atuária é a ciência que utiliza do instrumento matemático-probabilístico

para a análise dos fenômenos financeiros aleatórios, muito ampla. A classe desses fenômenos abrange a generalidade dos fenômenos, nos quais raramente deixam de coexistir o dinheiro e o risco.

Para que um Fundo de Pensão possa funcionar, por imposições legais, é necessário que seja estruturado atuarialmente. A atuária consiste na medida que rege os Fundos de Pensão. Entre as atividades desenvolvidas por esse setor destacam-se:

- análise dos reflexos econômicos, financeiros e atuariais das propostas de alteração do plano de benefício à entidade;

- coleta, análise e acompanhamento dos dados estatísticos da massa de participantes;

- acompanhamento das despesas previdenciárias e das taxas de rentabilidade dos diversos tipos de investimentos efetuados pela instituição;

- acompanhamento das reformulações da legislação da previdência básica e supletiva e seus reflexos nos planos de benefícios e custos dos Fundos;

- avaliação do fundo das reservas matemáticas;

- elaboração das avaliações atuárias e acompanhamento dos fatores que possam intervir nos resultados.

**PLANTÃO
REFER
DISQUE: 263-63 62**



PARTICIPANTE

APRESENTE SUAS
DUVIDAS,
SUGESTÕES e
RECLAMAÇÕES



RECUPERAR AMORTECEDORES É TAREFA DIFÍCIL

José Marques, 55 anos, trabalha na Oficina da Praia Formosa, no Rio. É um dos responsáveis pela recuperação dos amortecedores dos trens. Ele considera o trabalho muito perigoso, já que o encaxe das peças é feito através da pressão. É preciso estar atento porque, se o serviço não for bem feito, o material pode soltar e atingir o funcionário, causando um sério acidente.

Durante esses anos, José fez muitas amizades no local de trabalho e não se importa em ensinar aos novos funcionários aquilo que aprendeu durante os 31 anos de RFFSA. Quando se aposentar, pretende abrir seu próprio negócio — uma firma de representações. Provavelmente será em Padre Miguel, bairro onde mora.

José é casado, tem duas filhas e gosta de praticar esportes. Não dispensa o futebol, mas atualmente está frequentando uma academia de caratê e até se registrou na Federação Carioca.

Após dar entrevista ao EXPRESSO, José contou como ficou emocionado por ter participado da Missa dos Ferrovianos, celebrada por Dom Ávila, na Praia Formosa. "Nunca assisti uma cerimônia tão bonita", acrescentou.

Como sócio-fundador da REFER, José dá um conselho aos demais ferroviários, principalmente aqueles que estiverem entrando na Rede: conheçam e estudem a proposta da Fundação REFER, pois ela irá garantir uma velhice mais tranquila a todos os ferroviários.

RFFSA VENDE SUCATA: 40 MILHÕES DE BTNS

A RFFSA planejou para este ano intensa programação para a venda de sucata e materiais considerados inservíveis para a atividade ferroviária, prevendo uma arrecadação da ordem de 40 milhões de BTNs. Da mesma forma, a Rede colocará à venda para as empre-

sas ou grupos interessados, peças e materiais diversos estocados há mais de cinco anos nos seus almoxarifados. No ano passado, a Empresa contabilizou 11 milhões de BTNs com essa receita adicional, reduzindo o estoque desses materiais e sucata em 53%.

Empréstimos continuam suspensos

A REFER desde a implantação do Plano de Estabilização Econômica do novo governo, não está concedendo nenhum tipo de empréstimo. O governo ao estabelecer o bloqueio de reservas financeiras (cruzados novos) dos Fundos de Pensão, criou uma situação difícil para o Sistema.

As disponibilidades financeiras que a REFER tinha para conceder outros benefícios, que não fossem aqueles relacionados com o do INPS, como empréstimo, foram retidas pelo Banco Central. Sem reservas em caixa, a Fundação não teve outra alternativa senão sus-

pender a concessão dos empréstimos.

No momento a REFER não pode fazer nenhuma previsão para reabertura dos empréstimos, mas está tentando junto ao Ministério da Economia a liberação dos recursos bloqueados, o que ocasionaria a imediata concessão do benefício.

As repasses do Plano vem exigindo da REFER medidas de contenção de despesas. No entanto, com os atuais recursos a Fundação vem cumprindo os seus compromissos, pagando de beneficiários, pagando de poupança, além da cobertura dos gastos administrativos.

Expresso Informa

• A Polícia Ferroviária foi criada em 1852 com o nome de **Polícia dos Caminhos de Ferro**. Sempre foi administrada pela Rede Ferroviária mas agora, com a lei 8.028, assinada pelo presidente Fernando Collor, ficará subordinada ao Ministério da Justiça.

Esta transferência, que ocorrerá definitivamente em agosto (prazo já estendido) representa o resultado de um trabalho que surgiu na Associação dos Policiais — a POLIFER, em 1983. Havia a preocupação de regulamentar a atividade e criar cursos que preparassem melhor o profissional, além da necessidade de melhorar a imagem que a Polícia tinha.

"Não queríamos que a Polícia Ferroviária continuasse com a imagem de polícia doméstica", explicou o advogado Antônio Francisco Decco. Os problemas, segundo ele, são basicamente de origem social e devem ser tratados sob esta ótica, como é a questão do menor abandonado e dos amantes, que circulam livremente pelos trens.

Com esta transferência, a RFFSA estimou a 5 milhões de cruzeiros mensalmente, que eram gastos com indenizações, já que a segurança nas linhas aumentará, evitando os surtos ferroviários e, com isso, diversos acidentes.

Haverá também um maior controle das estradas, o que vai impedir furto de trilhos e outros materiais. O usuário ganhará mais segurança, já que o número de Policiais será maior, e estes também serão beneficiados, com a fixação da jornada de trabalho em 6 horas.

Com a formação de Superintendências, as informações e atividades da nova Polícia Ferroviária Federal serão repassadas às diretorias da Rede, mantendo assim, a unidade com a empresa.

Antônio Decco, que sempre acompanhou as dificuldades da categoria, ressaltou a participação do fundador da POLIFER, Ezequiel Rodrigues Souza, e de todos os policiais que acreditaram na concretização deste ideal, conquistado através desta determinação do governo federal.

RFFSA e VOTORANTIM



• Após ajustes finais e acertos contratuais para a venda de certificados de frete futuro, a RFFSA assinou contrato no valor de 17 milhões de BTNs, com a Companhia Brasileira de Alumínio — CBA, do Grupo Votorantim, para o transporte de 500 mil toneladas/ano de bauxita provenientes das minas localizadas no município de Cataguases (MG) com destino a Alumínio (SP), onde se localiza as Indústrias Votorantim.

O interesse da Rede em implementar parte do seu programa de recuperação de locomotivas e vagões, para atender o volume de transportes previstos pela CBA, soma-se a necessidade de que sejam realizadas melhorias nas linhas, pátios e instalações do trecho Cataguases-Barão de Angrau.

A CBA, fornecedora de recursos que serão aplicados nas obras e terá os certificados de crédito de frete futuro resgatados mediante a compensação de futuras relativas aos fretes ferroviários, deu a palavra à Empresa à RFFSA, naquele trecho.

• A Ferrovia do Aço, por onde circula atualmente cerca de 2 milhões de toneladas de cargas por mês, tem agora, um novo sistema de sinalização com controle local, em quatro dos seus 12 pátios de manobras, numa extensão aproximada de 50 Km de li-

nha, entre as localidades de Caetano Lopes e Xavier Chaves, em Minas Gerais. O sistema vai substituir o atual sistema de locomoção manual para circulação dos trens na Ferrovia do Aço, já integrada ao sistema operacional da Superintendência Regional de Juiz de Fora da RFFSA.

• Para suprir a escassez crescente de dormentes de madeira no mercado nacional e seu consequente aumento de preço, a Superintendência Regional de Juiz de Fora da RFFSA-SR-6 iniciou uma experiência para a exploração de seus Hortos Florestais. Com investimentos ínfimos, a Serraria do Horto de Montenegro foi adaptada para a produção imediata de 4 mil dormentes/mês. Já previsão dos técnicos da Empresa, o Horto deverá duplicar sua fabricação já em junho deste ano — Cerca de 8 mil dormentes/mês — a um custo aproximado de 7 BTNs por dormente que, comparado com o custo de 20 BTNs praticado pelo mercado, dá bem a ideia da economia que a SR-6 vai realizar.

• A partir de ensaios computadorizados com o Programa TPC-TRAIN PERFORMANCE CALCULATOR, adaptações nos pátios e de posteriores testes práticos, a Superintendência Regional de Juiz de Fora da RFFSA-SR-6, em alguns pontos de controle, comissões de 108 vagões e tração múltipla, para transporte de minério na Ferrovia do Aço, O Trem Otimo, como é chamado, possui 1.250 metros de comprimento, capacidade de deslocamento de 10 mil toneladas e pesa 8,17 milhões de toneladas brutas, tendo que ser traçado e, em alguns pontos, da viagem, empurrado. Esta é a maior composição que já circulou nas linhas da RFFSA.

• A RFFSA e a Prefeitura de São José dos Campos assinaram um protocolo de intenções para a permissão de uso do trecho ferroviário e exploração do transporte de minério entre as cidades de Japoi e de São José dos Campos, e numa segunda fase, a interligação do trecho com as cidades de Capaçu e Taubaté. A Prefeitura Municipal cederá à RFFSA uma área a ser delimitada junto à linha férrea e próxima ao novo Distrito Industrial, para implantação e exploração, pela Empresa, de um terminal multimodal de cargas ferroviárias, que irá atender a demanda de transportes destinados aos procedentes da região do Vale do Paraíba.

• O calendário de eventos do Comitê Brasileiro do Equipamento e Material Ferroviário da ABNT — CB-E — prevê a realização de diversos encontros e reuniões técnicas para este ano. Destacamos alguns já programados:

1. ENVIA — I Encontro Nacional de Via Permanente que está sendo realizado em Curitiba, com organização da RFFSA, de 27 de julho a 03 de agosto, versando assuntos relacionados com a pesquisa, desenvolvimento, normalização, comercialização e vários outros itens ligados à temática do encontro. Para inscrições e maiores informações contatar com eng. Júlio Castilho Veloso, Coordenador de Segurança, e o chefe do Departamento de Manutenção da Via Permanente da SR-5, Rua João Neiró, 340, Curitiba-PR, Fone: (041) 233-1184 e 225-1155 Ramal 39, Telex (041) 5077 e 5417.

15. Reunião Técnica — Será realizado em São Paulo de 30 a 31 de outubro, sobre o tema "Inspeção e Segurança", com maiores informações com eng. Celso de Oliveira Paradiela, Presidente do SCB 601, Pça. Propriedade Ferreira, 86, sala 205, RFFSA — Rio de Janeiro, 20.224, Telefones (021) 233-3475 e 291-2165 Ramais 532 e 617, Telex (021) 21372.

28. Reunião Técnica — Nos dias 27 e 28 de outubro, em Belo Horizonte, organizada pelo DEMETRO/CBUT, sobre o tema Trem Metropolitano.

29. Reunião Técnica — Nos dias 08 e 09 de outubro, em Capaçu/SP, organizada pela MAEFSA, com tema Mancel, Roda, Eixo e Rodeiro.

Maiores esclarecimentos sobre as reuniões 27, 28 e 29, com o eng. Jean Carlos Pego, na FEPSA, Rua, 930/403, São Paulo, 01.152, telefones (011) 66-2416 e 826-0311 Ramal 346, Telex (011) 22724.